

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS
COM ENTREGA PARCELADA – PARTICIPAÇÃO AMPLA**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 046/2021

PROCESSO n.º 001/0708/002.914/2020

OFERTA DE COMPRA Nº 895000801002021OC00047

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
12/03/2021.**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/03/2021 às 10:00
horas.**

A **FUNDAÇÃO BUTANTAN**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, instituída em 31 de maio de 1989 por escritura pública, devidamente registrada no 3º cartório de registro civil de pessoas jurídicas de São Paulo–SP, sob o nº 133326, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.189.445/0001-56, credenciada como Fundação de Apoio da ICTESP Instituto Butantan, pela Resolução SDECTC nº 55/2018, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada na Avenida Doutor Vital Brasil nº 1.500, Butantã, São Paulo/SP, CEP nº 05503-900, com endereço para correspondência na Av. da Universidade, 250- Butantã/SP – CEP: 05508-040, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Jp.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. **Descrição.** A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de Materiais Elétricos**, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como, **Anexo I**.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. **Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Fundação Butantan que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

Jp.

- 2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Fundação Butantan, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- 2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação,

Jp.

nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea “e” do item 5.9, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção “PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário

Jp.

previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Preços. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte e alimentação.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.2.3. Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Fundação Butantan a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de

Jp.

ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. **Reajuste.** O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.

3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

Jp.

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de Débitos inscritos na Fazenda Estadual da sede ou domicílio da Licitante, pertinentes ao objeto da licitação, especialmente em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação

4.1.4. Declarações e outras comprovações

- 4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

Jp.

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Fundação Butantan;

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4.5. **Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA.** Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.5.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

Jp.

4.1.4.5.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Fundação Butantan aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

Jp.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital.
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O **valor de redução mínima** entre os lances incidirá **sobre os valores totais dos lotes**, conforme detalhamento a seguir.

Jp.

LOTE	REDUÇÃO MÍNIMA
01	R\$ 482,00
02	R\$ 33,00
03	R\$ 7,00
04	R\$ 192,00
05	R\$ 57,00

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

Jp.

5.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.7. **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Fundação Butantan que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

Jp.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.8.3.5. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta deverá(ão) ser anexado(s) arquivo(s) contendo:

a) Proposta de Preços (Modelo de Proposta - ANEXO II), preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços grafados em moeda corrente nacional;

b) Catálogo com descrição completa do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, fabricante, marca e modelo, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

Jp.

- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 4.1.4 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 4.1.5, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 5.9, “a”, “b” e “c” deste Edital.
- d) A Fundação Butantan não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

Jp.

f) A prerrogativa tratada na alínea “e” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP/COOPERATIVAS. A licitante habilitada nas condições da alínea “e” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Fundação Butantan.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “e”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. Licitação fracassada. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de

Jp.

classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. Recursos. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Jp.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7. **Adjudicação.** A adjudicação será feita por lotes, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. **Remissão ao Termo de Referência.** Os bens serão fornecidos em conformidade com o cronograma de entregas e nos locais indicados no Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. **Remissão ao contrato.** As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

Jp.

10. PAGAMENTOS

9.1. **Remissão ao contrato.** As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. **Celebração.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como, **Anexo V**.

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Fundação Butantan verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.3.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

11.1.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php),

Jp.

devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

11.1.4. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

- a) a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- b) a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital.

11.2. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, a adjudicatária deverá comparecer perante a Fundação Butantan para a retirada da Ordem de Compra ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

11.2.1. O prazo indicado no item 11.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Fundação Butantan.

11.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a Ordem de Compra ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 11.2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.4 deste Edital.

11.3.3. Recusar a contratação, no caso do item 11.2.2;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

Jp.

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO” e www.fundacaobutantan.org.br, opção “LICITAÇÕES”

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

11.5. Os recursos financeiros encontram-se reservados em conta da Fundação Butantan.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas e contratuais serão aplicadas conforme previsto na Portaria nº 048/2019 (**Anexo IV**).

13. GARANTIA

13.1. As condições para prestação da(s) garantia(s) estão previstas e seguirão os procedimentos da **Portaria nº 001/2020 (ANEXO IV.2)**.

13.2. Para a contratação decorrente deste certame será exigida somente a Garantia do Produto, nos termos da Portaria referida no item 13.1 acima.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2.1. Acolhida a impugnação, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

Jp.

14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Fundação Butantan, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

Jp.

15.7. Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Publicidade. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO” e www.fundacaobutantan.org.br, opção “LICITAÇÕES”.

15.9. Prazos. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. Anexos. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III.1 – Declaração a que se refere o item 4.1.4.1 do edital;

Anexo III.2 – Declaração de Elaboração de Proposta Independente;

Anexo III.3 – Declaração de Enquadramento como ME e EPP;

Anexo III.4 – Declaração de Enquadramento como Cooperativa;

Anexo IV.1 – Portaria nº 048/2019 – Política de Sanção;

Anexo IV.2 – Portaria nº 001/2020 – Política de Garantias;

Anexo V – Termo de Contrato;

Jp.

Anexo VI.1 Anexo LC-01) Termo de Ciência e de Notificação;

Anexo VI.2 (Anexo LC 03) – Declaração de documentos à disposição do TCE/SP;

Anexo VII – Ordem de Início.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

Ana Carolina Inez de Oliveira
Assistente Técnico
Subscritor de Edital

Jp.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 046/2021

PROCESSO n.º 001/0708/002.914/2020

1. OBJETO

O presente Termo de Referência – Anexo I, tem como objetivo listar, quantificar e fornecer especificações técnicas mínimas e necessárias para o fornecimento de materiais para aplicação nas unidades do Instituto Butantan.

LOTE 01 (COD. BEC: 3316181)				
Sub-Item	Material	Código IFS (interno)	Unidade de Medida	Quantidade total
1.1	DISJUNTOR BIPOLAR - (32A)	1001000045	Unidade	50
1.2	DISJUNTOR BIPOLAR - (63A)	1001000540	Unidade	50
1.3	DISJUNTOR BIPOLAR - (100A)	1001000541	Unidade	50
1.4	DISJUNTOR TRIPOLAR - (32A)	1001000542	Unidade	50
1.5	DISJUNTOR MOTOR - (10 - 16A)	1001000543	Unidade	20
1.6	DISJUNTOR MOTOR - (20 - 25A)	1001000544	Unidade	20
1.7	DISJUNTOR MOTOR - (25 - 32A)	1001000546	Unidade	20
1.8	DISJUNTOR MOTOR - (32 - 40A)	1001000545	Unidade	20
1.9	CONTATOR - (16A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000547	Unidade	20
1.10	CONTATOR - (25A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000549	Unidade	20
1.11	CONTATOR - (32A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000550	Unidade	20
1.12	CONTATOR - (40A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000551	Unidade	20

Jp.

1.13	CONTATOR - (50A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000552	Unidade	20
1.14	CONTATOR - (65A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000553	Unidade	20
1.15	CONTATOR - (80A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000554	Unidade	20
1.16	CONTATOR - (95A) - (220) - (2NA+2NF)	1001000555	Unidade	20

LOTE 02 (COD. BEC: 3500152)				
Sub-Item	Material	Código IFS (interno)	Unidade de Medida	Quantidade total
1.1	PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V PRETO	1001000442	Unidade	1000
1.2	PLUGUE FEMEA 2P+T 10A/250V	1001000441	Unidade	1000
1.3	PRENSA CABO - (3/8")	1001000563	Unidade	100
1.4	PRENSA CABO - (1/2")	1001000564	Unidade	100
1.5	PRENSA CABO - (3/4")	1001000565	Unidade	100
1.6	PRENSA CABO - (1")	1001000566	Unidade	100
1.7	SEALTUBO FLEX - (1/2") - (25M)	1001000567	Unidade	05
1.8	SEALTUBO FLEX - (3/4") - (25M)	1001000568	Unidade	05
1.9	SEALTUBO FLEX - (3/8") - (25M)	1001000569	Unidade	05
1.10	SEALTUBO FLEX - (1") - (25M)	1001000570	Unidade	05

LOTE 03 (COD. BEC: 3500179)				
Sub-Item	Material	Código IFS (interno)	Unidade de Medida	Quantidade total
1.1	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (0,5A)	1001000571	Unidade	500

Jp.

1.2	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20MM) - (1A)	1001000572	Unidade	500
1.3	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20MM) 8 A	1001000348	Unidade	500
1.4	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20 MM) - (3 A)	1001000003	Unidade	500
1.5	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20MM) 10 A	1001000349	Unidade	500
1.6	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20MM) 15 A	1001000351	Unidade	500
1.7	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA Rápido - (5 X 20 MM) - (5 A)	1001000585	Unidade	500

LOTE 04 (COD. BEC: 3500187)				
Sub-Item	Material	Código IFS (interno)	Unidade de Medida	Quantidade total
1.1	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1/2") - (25M)	1001000574	Unidade	10
1.2	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (3/4") - (25M)	1001000575	Unidade	10
1.3	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1") - (25M)	1001000576	Unidade	10
1.4	CABO FLEXIVEL PP - (2 VIAS X 1,5MM ²)	1001000577	Unidade	100
1.5	CABO FLEXIVEL PP - (3 VIAS X 1,5MM ²)	1001000494	Unidade	100
1.6	CABO FLEXIVEL PP - (4 VIAS X 1,5MM ²)	1001000498	Unidade	100
1.7	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (2,5MM ²)	1001000578	Unidade	10

Jp.

1.8	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (4,0MM²)	1001000579	Unidade	10
1.9	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (6,0MM²)	1001000580	Unidade	10
1.10	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (VERM-ELHO)	1001000581	Unidade	200
1.11	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (PRETO)	1001000582	Unidade	200
1.12	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (BRANCO)	1001000583	Unidade	200
1.13	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (AZUL)	1001000584	Unidade	200
1.14	PLUGUE MACHO PRETO - (2P+T) - (20A) - (250V)	1001000111	Unidade	1000
1.15	PLUGUE FEMEA - (2P+T) 20A/250V)	1001000019	Unidade	1000

LOTE 05 (COD. BEC: 3500209)				
Sub-Item	Material	Código IFS (interno)	Unidade de Medida	Quantidade total
1.1	ABRACADEIRA NYLON - (2,3 X 83 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	1001000558	Unidade	4000
1.2	ABRACADEIRA NYLON - (2,5 X 203,2 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	1001000559	Unidade	4000
1.3	ABRACADEIRA NYLON - (4 X 180 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	1001000560	Unidade	4000
1.4	ABRACADEIRA NYLON - (7,6 X 760 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	1001000561	Unidade	4000

Jp.

2. ESPECIFICAÇÕES

LOTE 01	CODIGO BEC	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS DO MATERIAL
01	3316181	DISJUNTOR BIPOLAR - (32A); MATERIAL: MATERIAIS METÁLICOS E PLÁSTICOS ISOLANTES CURVA: CAMPERES: 32 NÚMERO DE POLOS: 2 (BIPOLAR) USO: CIRCUITOS INDUTIVOS CONFORME A CURVA DE ATUAÇÃO CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 220VCA - 5000A/ 400VCS - 3000 ^a TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -5°C A +60°C TEMPERATURA DE ESTOCAGEM: -40°C A +85°C DURABILIDADE (A-F): ELÉTRICA: 4.000 CICLOS/ MECÂNICA: 10.000 CICLOS
		DISJUNTOR BIPOLAR - (63A) MATERIAL: MATERIAIS METÁLICOS E PLÁSTICOS ISOLANTES CURVA: C AMPERES: 63 NÚMERO DE POLOS: 2 (BIPOLAR) USO: CIRCUITOS INDUTIVOS CONFORME A CURVA DE ATUAÇÃO CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 220VCA - 5000A/ 400VCS - 3000 ^a TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -5°C A +60°C, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM: -40°C A +85°C DURABILIDADE (A-F): ELÉTRICA: 4.000 CICLOS/ MECÂNICA: 10.000 CICLOS
		DISJUNTOR BIPOLAR - (100A) MATERIAL: MATERIAIS METÁLICOS E PLÁSTICOS ISOLANTES CURVA: C AMPERES: 100 NÚMERO DE POLOS: 2 (BIPOLAR) USO: CIRCUITOS INDUTIVOS CONFORME A CURVA DE ATUAÇÃO CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 220VCA - 5000A/ 400VCS - 3000 ^a TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -5°C A +60°C, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM: -40°C A +85°C DURABILIDADE (A-F): ELÉTRICA: 4.000 CICLOS/ MECÂNICA: 10.000 CICLOS
		DISJUNTOR TRIPOLAR - (32A) MATERIAL: MATERIAIS METÁLICOS E PLÁSTICOS ISOLANTES CURVA: B AMPERES: 32 NÚMERO DE POLOS: 3 (TRIPOLAR) USO: CIRCUITOS INDUTIVOS CONFORME A CURVA DE ATUAÇÃO

Jp.

		CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 220VCA - 5000A/ 400VCS 3000^aTEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -5°C A +60°C TEMPERATURA DE ESTOCAGEM: -40°C A +85°C DURABILIDADE (A-F): ELÉTRICA: 4.000 CICLOS/ MECÂNICA: 10.000 CICLOS
		DISJUNTOR MOTOR - (10 - 16A) FAIXA DE AJUSTE DA CORRENTE: 10-16A NÚMERO DE POLOS: 3 CURTO-CIRCUITO INSTANTÂNEO: 13 X LEMAX TENSÃO DE TRABALHO UE: 690V FREQUÊNCIA DE TRABALHO: 50/60HZ TENSÃO DE ISOLAÇÃO UI: 690V TENSÃO DE IMPULSO NOMINAL SUPORTÁVEL UIMP: 6KV CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-2 (DISJUNTOR- MOTOR): A CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-4-1 (PARTIDA DE MOTORES): AC-3 TESTE DE TRIP: SIM PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: SIM SENSIBILIDADE À FALTA DE FASE: SIM INDICAÇÃO DE TRIP: SIM CLASSE DE DISPARO: 10 MÁXIMA FREQUÊNCIA DE MANOBRA (MAN./H): 15 GRAU DE PROTEÇÃO: IP2
		DISJUNTOR MOTOR - (20 - 25A) FAIXA DE AJUSTE DA CORRENTE: 20-25 NÚMERO DE POLOS: 3 CURTO-CIRCUITO INSTANTÂNEO: 13 X LEMAX TENSÃO DE TRABALHO UE: 690V FREQUÊNCIA DE TRABALHO: 50/60HZ TENSÃO DE ISOLAÇÃO UI: 690V TENSÃO DE IMPULSO NOMINAL SUPORTÁVEL UIMP: 6KV CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-2 (DISJUNTOR- MOTOR): A CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-4-1 (PARTIDA DE MOTORES): AC-3 TESTE DE TRIP: SIM PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: SIM SENSIBILIDADE À FALTA DE FASE: SIM INDICAÇÃO DE TRIP: SIM CLASSE DE DISPARO: 10 MÁXIMA FREQUÊNCIA DE MANOBRA (MAN./H): 15 GRAU DE PROTEÇÃO: LP2
		DISJUNTOR MOTOR - (25 - 32A) FAIXA DE AJUSTE DA CORRENTE: 25-32A NÚMERO DE POLOS: 3 CURTO-CIRCUITO INSTANTÂNEO: 13 X LEMAX TENSÃO DE TRABALHO UE: 690V FREQUÊNCIA DE TRABALHO: 50/60HZ TENSÃO DE ISOLAÇÃO UI: 690V TENSÃO DE IMPULSO NOMINAL SUPORTÁVEL UIMP: 6KV CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-2 (DISJUNTOR- MOTOR): A CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-4-1 (PARTIDA DE MOTORES): AC-3 TESTE DE TRIP: SIM PROTEÇÃO DE

Jp.

	SOBRECARGA: SIM SENSIBILIDADE À FALTA DE FASE: SIM INDICAÇÃO DE TRIP: SIM CLASSE DE DISPARO: 10 MÁXIMA FREQUÊNCIA DE MANOBRA (MAN./H): 15 GRAU DE PROTEÇÃO: IP2
	DISJUNTOR MOTOR - (32 - 40A) FAIXA DE AJUSTE DA CORRENTE: 32-40A NÚMERO DE POLOS: 3 CURTO-CIRCUITO INSTANTÂNEO: 13 X LEMAX TENSAO DE TRABALHO UE: 690V FREQUÊNCIA DE TRABALHO: 50/60HZ TENSAO DE ISOLAÇÃO UI: 690V TENSÃO DE IMPULSO NOMINAL SUPORTÁVEL UIMP: 6KV CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-2 (DISJUNTOR- MOTOR): A CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO - IEC 60 947-4-1 (PARTIDA DE MOTORES): AC-3 TESTE DE TRIP: SIM PROTEÇÃO DE SOBRECARGA: SIM SENSIBILIDADE À FALTA DE FASE: SIM INDICAÇÃO DE TRIP: SIM CLASSE DE DISPARO: 10 MÁXIMA FREQUÊNCIA DE MANOBRA (MAN./H): 15 GRAU DE PROTEÇÃO: IP2
	CONTATOR - (16A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 16 TENSAO 220V FREQUÊNCIA 60HZCONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (25A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 25 TENSÃO 220V FREQUÊNCIA 60HZ CONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (32A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 32 TENSÃO 220V FREQUÊNCIA 60HZCONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (40A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 40 TENSÃO 220V FREQUÊNCIA 60HZ CONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (50A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 50 TENSÃO 220V FREQUÊNCIA 60HZCONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (65A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 65 TENSÃO 220VB FREQUÊNCIA 60HZ CONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (80A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 80 TENSÃO 220VB FREQUÊNCIA 60HZCONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF
	CONTATOR - (95A) - (220) - (2NA+2NF) CORRENTE NOMINAL EM AC3 (A): 95 TENSÃO 220VB FREQUÊNCIA 60HZ CONTATOS AUXILIARES 2NA 2NF

Jp.

LOTE 02	CODIGO BEC	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS DO MATERIAL
02	3500152	PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V PRETO 2 Pinos + Terra Plugue residencial saída axial. 10ª 250V Com prensa-cabo, para cabos com diâmetro externo até 8 mm Certificação INMETRONBR 14136
		PLUGUE FEMEA 2P+T 10A/250V Plug fêmea 2 Pinos + Terra 10 A 250V Com prensa-cabo, para cabos com diâmetro externo até 8 m Certificação INMETRONBR 14136
		PRENSA CABO - (3/8") Matérias Primas: Material Termoplástico auto extingüível (Poliamida 6.6) Cor: Cinza Grau de Proteção: IP 67 Utilização: Em placas metálicas (entradas p/ cabos de energia) Tipo de rosca: Curta Rosca: Bsp 3/8"
		PRENSA CABO - (1/2") Matérias Primas: Material Termoplástico auto extingüível (Poliamida 6.6) Cor: Cinza Grau de Proteção: IP 67 Utilização: Em placas metálicas (entradas p/ cabos de energia) Tipo de rosca: Curta Rosca: Bsp 1/2"
		PRENSA CABO - (3/4") Matérias Primas: Material Termoplástico auto extingüível (Poliamida 6.6) Cor: Cinza Grau de Proteção: IP 67 Utilização: Em placas metálicas (entradas p/ cabos de energia) Tipo de rosca: Curta Rosca: Bsp 3/4"
		PRENSA CABO - (1") Matérias Primas: Material Termoplástico auto extingüível (Poliamida 6.6) Cor: Cinza Material Termoplástico auto extingüível (Poliamida 6.6) Cor: Cinza Grau de Proteção: IP 67 Utilização: Em placas metálicas (entradas p/ cabos de energia) Tipo de rosca: Curta Rosca: Bsp 1"
		SEALTUBO FLEX - (1/2") - (25M) Material: PVC Anti-chama Cor: Preto Polegadas: 1/2" Aplicação: Passagem de fios e cabos elétrico Rolo com 25 metros
		SEALTUBO FLEX - (3/4") - (25M) Material: PVC Anti-chama Cor: Preto Polegadas: 3/4" Aplicação: Passagem de fios e cabos elétrico Rolo com 25 metros
		SEALTUBO FLEX - (3/8") - (25M) Material: PVC Anti-chama Cor: Preto Polegadas: 3/8" Aplicação: Passagem de fios e cabos elétrico Rolo com 25 metros
		SEALTUBO FLEX - (1") - (25M) Material: PVC Anti-chama Cor: Preto Polegadas: 1" Aplicação: Passagem de fios e cabos elétrico Rolo com 25 metros

Jp.

LOTE 03	CODIGO BEC	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS DO MATERIAL
03	3500179	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (0,5A) Corrente nominal 0,5 A Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (1A) Corrente nominal 1ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 8 A Corrente nominal 8ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (3 A) Corrente nominal 3ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 10 A Corrente nominal 10ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 15 A Corrente nominal 15ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro
		FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (5 A) Corrente nominal 5ª Diâmetro 5mm Comprimento 20mm Material Vidro

LOTE 04	CODIGO BEC	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS DO MATERIAL
04	3500187	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1/2") - (25M) Material PP Dimensão 1/2" Cor Preta Rolo com 25 metros
		ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (3/4") - (25M) Material PP Dimensão 3/4" Cor Preta Rolo com 25 metros
		ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1") - (25M) Material PP Dimensão 1" Cor Preta Rolo com 25 metros
		CABO FLEXIVEL PP - (2 VIAS X 1,5MM²) Tensão máxima: 750V Preto Número de vias: 2Rolo com 100 metros
		CABO FLEXIVEL PP - (3 VIAS X 1,5MM²) Tensão máxima: 750V Preto Número de vias: 3Rolo com 100 metros
		CABO FLEXIVEL PP - (4 VIAS X 1,5MM²) Tensão máxima: 750V Preto Número de vias: 4 Rolo com 100 metros
		CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (2,5MM²) Cabo siliconado 2,5mm

Jp.

		Condutor: Fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento classe 4. Isolação: Borracha de silicone reticulada para 400°C. Trança externa: Trança de fios de fibra de vidro Temperatura de trabalho: estabilidade térmica até 400°C. Flexíveis a temperaturas inferiores a 0°C (até - 70°C). O silicone propicia boa resistência a ácidos, graxas e umidade. Resistência a ozona. Boa resistência a óleo. Trança de fibra de vidro: proporciona maior resistência mecânica, além de auxiliar na proteção térmica. Rolo com 25 metros
		CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (4,0MM²) Cabo siliconado 4mm Condutor: Fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento classe 4. Isolação: Borracha de silicone reticulada para 400°C. Trança externa: Trança de fios de fibra de vidro Temperatura de trabalho: estabilidade térmica até 400°C. Flexíveis a temperaturas inferiores a 0°C (até - 70°C). O silicone propicia boa resistência a ácidos, graxas e umidade. Resistência a ozona. Boa resistência a óleo. Trança de fibra de vidro: proporciona maior resistência mecânica, além de auxiliar na proteção térmica. Rolo com 25 metros
		CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (6,0MM²) Cabo siliconado 6mm Condutor: Fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento classe 4. Isolação: Borracha de silicone reticulada para 400°C. Trança externa: Trança de fios de fibra de vidro Temperatura de trabalho: estabilidade térmica até 400°C. Flexíveis a temperaturas inferiores a 0°C (até - 70°C). O silicone propicia boa resistência a ácidos, graxas e umidade. Resistência a ozona. Boa resistência a óleo. Trança de fibra de vidro: proporciona maior resistência mecânica, além de auxiliar na proteção térmica. Rolo com 25 metros
		CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (VERMELHO) Norma: NBR 247-3:2002 Secção Nominal (bitola): 1 mm* Tensão Máxima: Até 750V Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Cor Vermelho Rolo com 100 metros
		CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (PRETO) Norma: NBR 247-3:2002 Secção Nominal (bitola): 1 mm* Tensão Máxima: Até 750V Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Cor Preto Rolo com 100 metros
		CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (BRANCO) Norma: NBR 247-3:2002

Jp.

		Secção Nominal (bitola): 1 mm* Tensão Máxima: Até 750V Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Cor Branco Rolo com 100 metros
		CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (AZUL) Norma: NBR 247-3:2002 Secção Nominal (bitola): 1 mm* Tensão Máxima: Até 750V Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Cor Azul Rolo com 100 metros
		PLUGUE MACHO PRETO - (2P+T) - (20A) - (250V) 2 Pinos + Terra Plugue residencial saída axial. 20ª 250V Com prensa-cabo, para cabos com diâmetro externo até 8 mm Certificação INMETRO NBR 14136

LOTE 05	CODIGO BEC	CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS DO MATERIAL
05	3500209	ABRACADEIRA NYLON - (2,3 X 83 MM) - (PCT C/ 100 UNID.) Cor: natural Embalagem com 100 peças Travamento da abraçadeira de plástico Variante serrilha interna Comprimento 83mm Diâmetro de aplicação máx. 16mm Diâmetro de aplicação min. 1.5mm Largura 2.3mm
		ABRACADEIRA NYLON - (2,5 X 203,2 MM) - (PCT C/ 100 UNID.) Cor: natural Embalagem com 100 peças Travamento da abraçadeira de plástico Variante serrilha interna Comprimento 203,2mm Diâmetro de aplicação máx. 55mm Diâmetro de aplicação min. 1.5mm Largura 2.5mm
		ABRACADEIRA NYLON - (4 X 180 MM) - (PCT C/ 100 UNID.) Cor: natural Embalagem com 1000 peças Travamento da abraçadeira de plástico Variante serrilha interna Comprimento 1.80mm Diâmetro de aplicação máx...40mm Diâmetro de aplicação min. 1.5mm Largura 4mm
		ABRACADEIRA NYLON - (7,6 X 760 MM) - (PCT C/ 100 UNID.) Cor: natural; Embalagem com 1000 peças Travamento da abraçadeira de plástico Variante serrilha interna Comprimento 760mm Diâmetro de aplicação máx. 225mm Diâmetro de aplicação min. 1.9mm Largura 7,6mm

OBS.: Existindo qualquer conflito entre a descrição do item no edital e no código bec, favor considerar a descrição do edital, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Desta forma, ao analisar as propostas, serão consideradas as exigências do edital.

Jp.

3. PRAZOS DE VALIDADE E GARANTIA

3.1. Para os itens passíveis de validade é necessário que o fornecedor entregue itens com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.

3.2. A garantia dos materiais fornecidos deve seguir as determinações da legislação vigente (Código de Defesa do Consumidor). Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de **12 (doze) meses**, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

3.3. A Fundação Butantan se reserva o direito de solicitar troca ou devolução de itens entregues que apresentem defeitos aparentes, embalagens violadas, especificações inferiores as exigidas, prazos de validade inferiores a definida acima, bem como eventuais quantitativos excedentes em relação ao previamente solicitado.

3.4. Fica a cargo do preposto da Fundação Butantan efetuar a inspeção dos itens no ato da entrega e determinar a eventual recusa por falhas e vícios acima citados, não cabendo ao fornecedor pleito quanto a custas de transporte e frete para retorno e nova entrega.

4. ENTREGA

4.1. Após a confirmação da Ordem de Compra a entrega dos materiais ora listados deverá ser realizada pelo o fornecedor mediante a solicitação formal do proposto da Fundação Butantan que irá comunicar quais materiais deverão ser entregues bem como a quantidade, podendo ser total ou parcial, sendo que o período de entrega contará a partir da confirmação da OC; conforme quadro abaixo:

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
01	1001000045	DISJUNTOR BIPOLAR - (32A) SIEMENS	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
	1001000540	DISJUNTOR BIPOLAR - (63A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS

Jp.

1001000541	DISJUNTOR BIPOLAR - (100A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
1001000542	DISJUNTOR TRIPOLAR - (32A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
1001000543	DISJUNTOR MOTOR - (10 - 16A)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000544	DISJUNTOR MOTOR - (20 - 25A)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000546	DISJUNTOR MOTOR - (25 - 32A)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000545	DISJUNTOR MOTOR - (32 - 40A)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000547	CONTATOR - (16A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000549	CONTATOR - (25A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000550	CONTATOR - (32A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000551	CONTATOR - (40A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000552	CONTATOR - (50A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000553	CONTATOR - (65A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
1001000554	CONTATOR - (80A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS

Jp.

	1001000555	CONTATOR - (95A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
--	------------	---	----	-----------------

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
02	1001000442	PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V PRETO	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000441	PLUGUE FEMEA 2P+T 10A/250V	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000563	PRENSA CABO - (3/8")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000564	PRENSA CABO - (1/2")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000565	PRENSA CABO - (3/4")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000566	PRENSA CABO - (1")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000567	SEALTUBO FLEX - (1/2") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000568	SEALTUBO FLEX - (3/4") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000569	SEALTUBO FLEX - (3/8") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000570	SEALTUBO FLEX - (1") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
03	1001000571	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (0,5A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000572	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (1A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS

Jp.

	1001000348	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 8 A	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000003	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (3 A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000349	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 10 A	500	250 UN – 60 DIAS 250 UN – 30 DIAS
	1001000351	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 15 A	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000585	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (5 A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
04	1001000574	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1/2") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000575	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (3/4") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000576	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000577	CABO FLEXIVEL PP - (2 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000494	CABO FLEXIVEL PP - (3 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000498	CABO FLEXIVEL PP - (4 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000578	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (2,5MM²)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000579	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (4,0MM²)	10	10 UN – 30 DIAS

Jp.

	1001000580	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (6,0MM²)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000581	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (VERMELHO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000582	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (PRETO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000583	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (BRANCO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000584	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (AZUL)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000111	PLUGUE MACHO PRETO - (2P+T) - (20A) - (250V)	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000019	PLUGUE FEMEA - (2P+T) 20A/250V)	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
05	1001000558	ABRACADEIRA NYLON - (2,3 X 83 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000559	ABRACADEIRA NYLON - (2,5 X 203,2 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000560	ABRACADEIRA NYLON - (4 X 180 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000561	ABRACADEIRA NYLON - (7,6 X 760 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS

4.2. Para realização de qualquer entrega, o fornecedor deve antes fazer o agendamento da entrega, através do Link - <https://forms.gle/1W6aMMPjJLHHgK447> e e-mail: Recebimento.agendamento@butantan.gov.br ou através dos telefones: (11) 2627-3775 ou (11) 2627-3769.

4.3. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Técnico no horário das 08:00 Jp.

às 17:00, respeitando o intervalo para almoço, de 1(uma) hora, a partir das 12:00 até 13:00 horas.

4.4. A entrega deverá ocorrer nos endereços do Instituto Butantan conforme indicado pelo responsável requisitante em até 72 horas a partir da solicitação formal do Contratante:

- **Instituto Butantan**
- **Av. Dr Vital Brasil, 1500, Butantã**
- **São Paulo / SP**

RÔMULO XAVIER DE SOUSA
NuGATME – Núcleo de Gestão do
Almoxarifado Técnico de Manutenção e
Engenharia Diretoria Administrativa

Aprovo o Termo de Referência:

JORGE PEREIRA NEVES ALAMINI
Diretor Administrativo

Jp.

ANEXO II
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
(em papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 046/2021

PROCESSO n.º 001/0708/002.914/2020

LOTE 01 (COD. BEC: 3316181)					
SUB-ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	DISJUNTOR BIPOLAR - (32A)	Unidade	50		
1.2	DISJUNTOR BIPOLAR - (63A)	Unidade	50		
1.3	DISJUNTOR BIPOLAR - (100A)	Unidade	50		
1.4	DISJUNTOR TRIPOLAR - (32A)	Unidade	50		
1.5	DISJUNTOR MOTOR - (10 - 16A)	Unidade	20		
1.6	DISJUNTOR MOTOR - (20 - 25A)	Unidade	20		
1.7	DISJUNTOR MOTOR - (25 - 32A)	Unidade	20		
1.8	DISJUNTOR MOTOR - (32 - 40A)	Unidade	20		
1.9	CONTATOR - (16A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.10	CONTATOR - (25A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.11	CONTATOR - (32A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.12	CONTATOR - (40A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		

Jp.

1.13	CONTATOR - (50A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.14	CONTATOR - (65A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.15	CONTATOR - (80A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
1.16	CONTATOR - (95A) - (220) - (2NA+2NF)	Unidade	20		
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)					

LOTE 02 (COD. BEC: 3500152)					
SUB-ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V PRETO	Unidade	1000		
1.2	PLUGUE FEMEA 2P+T 10A/250V	Unidade	1000		
1.3	PRENSA CABO - (3/8")	Unidade	100		
1.4	PRENSA CABO - (1/2")	Unidade	100		
1.5	PRENSA CABO - (3/4")	Unidade	100		
1.6	PRENSA CABO - (1")	Unidade	100		
1.7	SEALTUBO FLEX - (1/2") - (25M)	Unidade	05		
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)					

LOTE 03 (COD. BEC: 3500179)

Jp.

Fundação Butantan
Avenida Vital Brasil, 1500
Butantã, São Paulo/SP
CEP: 05503-900

Centro Administrativo
Avenida da Universidade, 210
Butantã, São Paulo/SP
CEP: 05508-040

www.fundacaobutantan.org.br

SUB-ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (0,5A)	Unidade	500		
1.2	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (1A)	Unidade	500		
1.3	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 8 A	Unidade	500		
1.4	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (3 A)	Unidade	500		
1.5	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 10 A	Unidade	500		
1.6	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 15 A	Unidade	500		
1.7	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (5 A)	Unidade	500		
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)					

LOTE 04 (COD. BEC: 3500187)					
SUB-ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1/2") - (25M)	Unidade	10		
1.2	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (3/4") - (25M)	Unidade	10		
1.3	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1") - (25M)	Unidade	10		
1.4	CABO FLEXIVEL PP - (2 VIAS X 1,5MM ²)	Unidade	100		

Jp.

1.5	CABO FLEXIVEL PP - (3 VIAS X 1,5MM²)	Unidade	100		
1.6	CABO FLEXIVEL PP - (4 VIAS X 1,5MM²)	Unidade	100		
1.7	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (2,5MM²)	Unidade	10		
1.8	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (4,0MM²)	Unidade	10		
1.9	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (6,0MM²)	Unidade	10		
1.10	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (VERMELHO)	Unidade	200		
1.11	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (PRETO)	Unidade	200		
1.12	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (BRANCO)	Unidade	200		
1.13	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (AZUL)	Unidade	200		
1.14	PLUGUE MACHO PRETO - (2P+T) - (20A) - (250V)	Unidade	1000		
1.15	PLUGUE FEMEA - (2P+T 20A/250V)	Unidade	1000		
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)					

LOTE 05 (COD. BEC: 3500209)					
SUB-ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	ABRACADEIRA NYLON - (2,3 X 83 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	Unidade	4000		

Jp.

1.2	ABRACADEIRA NYLON - (2,5 X 203,2 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	Unidade	4000		
1.3	ABRACADEIRA NYLON - (4 X 180 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	Unidade	4000		
1.4	ABRACADEIRA NYLON - (7,6 X 760 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	Unidade	4000		
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)					

Valor Total da Propostas (R\$):

Esta Planilha deve ser preenchida e anexada juntamente com a ficha técnica em local específico no Sistema de proposta da BEC (preferencialmente em arquivo PDF).

- Proposta de Preços (Modelo de Proposta - ANEXO II), preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços grafados em moeda corrente nacional;
- Catálogo com descrição completa do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, fabricante, marca e modelo, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias Corridos.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Jp.

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Fundação Butantan;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Jp.

ANEXO III.2

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei,
especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Jp.

Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Jp.

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR
LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e
do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei,
o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte,
nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem
como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Jp.

ANEXO III.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA
AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº

11.488/2007

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei,
que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Jp.

ANEXO IV.1 - PORTARIA Nº 048/2019

A versão original da portaria pode ser encontrada no seguinte link:

http://fundacaobutantan.org.br/assets/arquivos/regulamentos_e_politicas/pdf/portaria_48.pdf

PORTARIA Nº 048/2019

Prof. Dr. Rui Curi, Diretor Presidente da Fundação Butantan, e Dr. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente da Fundação Butantan, no uso das atribuições que lhes são conferidas,

RESOLVEM estabelecer a presente Regulamentação para apuração e imposição de sanção, pela Fundação Butantan, a fornecedor que praticar infração, na seguinte forma:

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 1º Os procedimentos que objetivem apurar a prática de infração e impor sanções previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan, no instrumento convocatório e nos contratos serão disciplinados por esta PORTARIA.

Parágrafo único. O disposto nesta PORTARIA aplica-se, também, às contratações celebradas com dispensa ou inexigibilidade de licitação ou de seleção de fornecedor.

Art. 2º As sanções de que trata esta PORTARIA são as de natureza pecuniária e aquelas descritas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan, bem como na forma prevista nos instrumentos

Jp.

convocatórios e nos contratos firmados, aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa.

Seção II Das Sanções

Art. 3º A empresa participante de licitação ou de processo de seleção de fornecedores que ensejar o retardamento do certame ou não mantiver a proposta pelo prazo estabelecido, ou fizer declaração falsa, ficará sujeita à suspensão do direito de participar de licitação ou processo de seleção de fornecedor e celebrar contrato com a FUNDAÇÃO BUTANTAN, pelo prazo de até 2 (dois) anos, ou sob declaração de inidoneidade, sem prejuízo da multa de 20% (vinte por cento) do valor total de sua proposta.

Art. 4º A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela FUNDAÇÃO BUTANTAN implicará no impedimento de participar de licitação ou de processo de seleção de fornecedor e celebrar contrato com a FUNDAÇÃO BUTANTAN, pelo prazo de até 2 (dois) anos, e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste.

Parágrafo único. Havendo recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, a estimativa de compra prevista no Edital de licitação ou de processo de seleção de fornecedor será utilizada como base de cálculo para a multa, sendo que o valor apurado poderá ser reduzido, a exclusivo critério da FUNDAÇÃO BUTANTAN, em até 50% (cinquenta por cento), observando-se os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 5º Para os casos de inexecução total ou parcial do contrato, erros de execução, mora na execução dos serviços, a FUNDAÇÃO BUTANTAN aplicará, conforme o caso, as seguintes sanções ao fornecedor:

Jp.

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação nas contratações e impedimento de celebrar contrato com a FUNDAÇÃO BUTANTAN, por prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para contratar com a FUNDAÇÃO BUTANTAN.

§ 1º A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa à empresa infratora no equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

§ 2º A inexecução parcial do contrato ensejará a aplicação de multa à empresa infratora no equivalente a: **(i)** 15% (quinze por cento) do valor da parcela inadimplida, para os contratos exclusivamente de aquisição; e **(ii)** 15% (quinze por cento) do valor do contrato, para todos os demais tipos de contratação.

§ 3º O atraso na execução do objeto contratado, por culpa da empresa contratada, excluídos os casos fortuitos e de força maior, acarretará a aplicação de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), que poderá ser descontada do valor a ser pago.

§ 4º O descumprimento de qualquer outro dispositivo contratual não relacionado diretamente à execução do objeto contratado, excluídos os casos fortuitos e de força maior, ensejará a aplicação de multa à empresa infratora no equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para cada descumprimento.

§ 5º A não correção de qualquer falta contratual e o retardamento da prestação de informações à FUNDAÇÃO BUTANTAN sujeitará a empresa infratora, a partir do prazo fixado, à multa de 0,03% (três centésimos por cento), calculada por dia de atraso sobre o valor do contrato até o limite de 20 (vinte) dias.

Jp.

Art. 6º Os valores relativos às multas poderão ser descontados por ocasião de pagamento dos valores devidos à empresa infratora ou de eventuais garantias prestadas pela mesma.

Parágrafo único. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o inadimplente pela sua diferença.

Art. 7º As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.

Parágrafo único. As sanções de advertência, suspensão, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Seção III Do Procedimento

Art. 8. São agentes do procedimento sancionador:

- I - gestor do procedimento sancionador;
- II - relator da ocorrência;
- III - Superintendente;
- IV - colaborador responsável pelo procedimento;
- V - fornecedor.

Art. 9. Assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, a Superintendência, por despacho motivado, aplicará a sanção prevista nesta PORTARIA.

Art. 10. Todas as etapas que envolvem a tramitação do procedimento para apurar a prática de infração, bem como o registro das sanções administrativas que vierem a ser aplicadas, serão realizadas por intermédio do processo de aquisição/contratação ou de processo próprio.

Jp.

Art. 11. São atribuições do gestor do procedimento sancionador:

- I - zelar pelo adequado funcionamento do procedimento sancionador;
- II - acompanhar o registro das penalidades em sistema próprio;
- III - emitir relatórios.

Art. 12. O relator da ocorrência, que será o presidente da comissão de licitação/seleção de fornecedor, o pregoeiro ou o colaborador responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da contratação, conforme o caso, comunicará o fato ao Superintendente.

Parágrafo único. O Superintendente, se entender cabível, determinará a abertura de procedimento sancionador, com vistas à apuração da prática de infração e designar colaborador responsável pela condução do processo.

Art. 13. São atribuições do colaborador responsável pelo procedimento, nesta ordem:

- I - analisar a ocorrência relatada;
- II - emitir e enviar intimação ao fornecedor, para ciência da abertura do procedimento e indicação de prazo para sua defesa;
- III - decorrido o prazo para apresentação de defesa, relatar o processado, cotejando a imputação com as razões de defesa, se houver;
- IV - se houver juntada de novos documentos ou se entender necessário, intimar o fornecedor para apresentar alegações finais, as quais serão examinadas pelo colaborador responsável pelo procedimento;
- V - opinar, fundamentadamente, pelo arquivamento do procedimento ou pela aplicação da sanção, especificando-a, com observância dos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade;
- VI - encaminhar o processo à decisão do Superintendente;
- VII - encaminhar a decisão para publicação;

Jp.

VIII - emitir a notificação para ciência do fornecedor da decisão do Superintendente ou do Diretor Presidente.

Art. 14. São atribuições do Superintendente:

- I** - determinar, ou não, e de forma fundamentada, a abertura do procedimento sancionador, após análise da ocorrência relatada;
- II** - designar o colaborador responsável pela condução do procedimento;
- III** - decidir, de forma fundamentada, sobre a aplicação da penalidade, após analisar o parecer técnico do colaborador responsável;
- V** - examinar pedidos de reconsideração, quando cabíveis, decidindo fundamentadamente a respeito;
- VI** - quando cabível, encaminhar eventual recurso do fornecedor ao Diretor Presidente, caso não se retrate em sua decisão.

Art. 15. O fornecedor poderá:

- I** - ter acesso ao processo após sua intimação para apresentação de defesa prévia;
- II** - apresentar defesa e, quando cabível, alegações finais;
- III** - interpor recurso ao Diretor Presidente.

§ 1º O fornecedor será intimado ou notificado pela via eletrônica ou postal, com aviso de recebimento e, na impossibilidade desta, por qualquer meio que permita comprovar o recebimento inequívoco da intimação ou notificação pelo fornecedor, anexando-se o comprovante ao processo.

§ 2º Os prazos para oferecimento de defesa, alegações finais e interposição de recurso serão contados a partir da data consignada no aviso de recebimento, excluindo-se o dia do recebimento e incluindo-se o do vencimento.

Jp.

Art. 16. O prazo para defesa, alegações finais e recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do fornecedor.

Art. 17. Os procedimentos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do procedimento não poderá resultar agravamento da sanção.

Seção IV Disposições Finais

Art. 18. Esta PORTARIA deverá obrigatoriamente constar dos editais e termos de contrato emitidos pela FUNDAÇÃO BUTANTAN, em complementação às demais leis e atos normativos aplicáveis, inclusive nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 19. A aplicação de penalidade não prejudica o direito da FUNDAÇÃO BUTANTAN recorrer às garantias contratuais com o objetivo de ser ressarcida dos prejuízos que o contratado lhe tenha causado.

Art. 20. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta PORTARIA em dia de funcionamento da FUNDAÇÃO BUTANTAN.

Art. 21. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

São Paulo, 31 de outubro de 2019.

RUI CURTI
Diretor Presidente
Fundação Butantan

REINALDO NOBORU SATO
Superintendente
Fundação Butantan

Jp.

ANEXO IV.2 - PORTARIA FB Nº 001/2020

A versão original da portaria pode ser encontrada no seguinte link:

http://www.fundacaobutantan.org.br/assets/arquivos/regulamentos_e_politicas/pdf/Portaria-001.2020-Politica-de-Garantias.pdf

PORTARIA FB Nº 001/2020

Prof. Dr. Rui Curi, Diretor Presidente da Fundação Butantan, e Dr. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente da Fundação Butantan, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVEM estabelecer a presente Regulamentação para exigência de garantias, pela Fundação Butantan, na seguinte forma:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Portaria tem como objetivo instituir a política de garantia para os processos de licitação/seleção de fornecedor e contratações realizados pela Fundação Butantan.

Capítulo II

Das Garantias

Art. 2º As garantias previstas são:

- I – garantia do produto/serviço;
- II – garantia de execução contratual;
- III – garantia da proposta.

Seção I

Da Garantia do Produto/Serviço

Jp.

Art. 3º O fornecedor do objeto contratado pela Fundação Butantan, na qualidade de destinatária final, responderá integralmente, independentemente da existência de culpa, pela reparação de danos causados, nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo único. Para fins de aplicação deste artigo, observar-se-á os prazos previstos no art. 26 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), acrescidos de mais 60 (sessenta) dias corridos, a título de extensão da garantia.

Art. 4º No caso de fornecedor de produtos de consumo duráveis ou não duráveis, a substituição prevista no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) deverá ser feita no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Caso o vício não seja sanado no prazo fixado no *caput* deste artigo, a Fundação Butantan se valerá das alternativas previstas no art. 18, § 1º, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

Art. 5º Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, a empresa contratada responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos do art. 618 do Código Civil, acrescido de mais 2 (dois) anos, a título de extensão da garantia.

Seção II

Da Garantia de Execução Contratual

Art. 6º A garantia de execução contratual, a qual é exigida obrigatoriamente para contratação envolvendo obras e serviços de engenharia e

Jp.

facultativamente para as demais formas de contratação, deverá seguir as normas previstas na presente Seção e visará assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento, a título exemplificativo, de:

I – prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

II – prejuízos diretos causados à Fundação Butantan decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;

III – multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Fundação Butantan à contratada na forma prevista no contrato e/ou decorrente das sanções previstas na Portaria nº 48/2019; e

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.

Parágrafo único. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

I – caso fortuito ou força maior;

II – descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Fundação Butantan.

Art. 7º A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Jp.

Parágrafo único. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Fundação Butantan após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.

Art. 8º Após a adjudicação do objeto da licitação/seleção de fornecedores e até a data da contratação, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução, correspondente a:

I – 5% (cinco por cento) do valor da contratação, para as contratações cujo valor do contrato seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

§ 1º Nos casos de garantias prestadas nas modalidades de que tratam os incisos II e III do artigo 9º, ela deverá de apresentada no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato.

§ 2º A não prestação da garantia de execução, nos termos previstos nesta Portaria, equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a adjudicatária às sanções previstas no instrumento convocatório da licitação/seleção de fornecedores e demais normas pertinentes.

§ 3º No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

§ 4º Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Fundação Butantan para fazê-lo.

Jp.

Art. 9º A adjudicatária poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Dinheiro: deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Fundação Butantan no Banco do Brasil ou outro banco (cujos dados serão passados ao contratado quando da confirmação por essa opção de modalidade de garantia), em conta que contemple a correção monetária pela poupança do valor depositado;

II – Fiança bancária: neste caso, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil e a instituição bancária deverá ser cadastrada no Banco Central do Brasil;

III – Seguro-garantia: a apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no art. 6º desta Portaria.

§ 1º No caso de opção pela modalidade seguro-garantia, e a cobertura prevista no inciso III deste artigo não conste expressamente da apólice, a adjudicatária poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que a garantia apresentada é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no art. 6º desta Portaria.

Art. 10. Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pela Fundação Butantan para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

Seção III

Da Garantia da Proposta

Jp.

Art. 11. Para efeitos de qualificação econômico-financeira dos participantes da licitação/seleção de fornecedores, com exceção da modalidade pregão, a garantia da proposta se dará nos mesmos moldes do art. 9º desta Portaria, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Parágrafo único. A Garantia da Proposta de que trata o *caput* apenas deverá ser apresentada quando exigida, expressamente, no instrumento convocatório.

Art. 12. A garantia de proposta será entregue em envelope próprio e separado em relação às propostas e documentos de habilitação.

Parágrafo único. O ENVELOPE Nº 3 – GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser entregue pelo participante da licitação/seleção de fornecedor na mesma sessão pública de entrega dos demais envelopes e declarações complementares e será aberto por ocasião do julgamento da proposta a que se referir.

Art. 13. Nos casos de ampliação do prazo de validade da proposta, o participante da licitação/seleção de fornecedor deverá substituir ou renovar a garantia pelo mesmo prazo, independentemente de provocação, sob pena de inabilitação.

Art. 14. Quando admitida a participação de empresas em consórcio, a garantia de proposta poderá ser oferecida por qualquer uma das integrantes do consórcio.

Art. 15. A garantia de proposta será restituída ao vencedor após a assinatura do contrato e aos demais participantes da licitação/seleção de fornecedor após a homologação do certame.

Jp.

Capítulo III
Disposições Finais

Art. 16. Os processos de licitação/seleção de fornecedor e contratações realizados pela Fundação Butantan poderão ter prazos, valores, percentuais e termos diferentes dos que tratam esta Portaria, bem como conceder isenções, fazer inclusões e estabelecer novas exigências, desde que constadas expressamente.

Art. 17. Em caso de conflitos entre as condições, especialmente referente à garantia do produto/serviço, previstas nesta Portaria com as ofertadas pelo fornecedor, prevalecerão as condições mais benéficas à Fundação Butantan.

Art. 18. Esta PORTARIA deverá obrigatoriamente constar dos editais e termos de contrato emitidos pela FUNDAÇÃO BUTANTAN, em complementação às demais leis e atos normativos aplicáveis, inclusive nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 19. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

São Paulo, 15 de abril de 2020.

RUI CURI
Diretor Presidente
Fundação Butantan

REINALDO NOBORU SATO
Superintendente
Fundação Butantan

Jp.

ANEXO V

TERMO DE CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 046/2021

PROCESSO n.º 001/0708/002.914/2020

CONTRATO [Clique aqui para digitar texto.](#) n.º [Clique aqui para digitar texto.](#)

TERMO DE CONTRATO nº XXX, CELEBRADO
ENTRE **FUNDAÇÃO BUTANTAN**, E A
EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** TENDO POR
OBJETO A **AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE
MATERIAIS CIVIS**, COM ENTREGA
PARCELADA.

A **FUNDAÇÃO BUTANTAN**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, instituída em 31 de maio de 1989 por escritura pública, devidamente registrada no 3º cartório de registro civil de pessoas jurídicas de São Paulo–SP, sob o nº 133326, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.189.445/0001-56, credenciada como Fundação de Apoio da ICTESP Instituto Butantan, pela Resolução SDECTC nº 55/2018, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada na Avenida Doutor Vital Brasil, nº 1500, Butantã, São Paulo/SP, CEP nº 05503-900, com endereço para correspondência na Avenida da Universidade, nº 210, Butantã, São Paulo/SP, CEP nº 05508-040, a seguir denominada “CONTRATANTE” e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJº: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede no endereço **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, doravante denominada CONTRATADA, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do

Jp.

regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a **Aquisição de Materiais Elétricos**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência será de 02 (dois) meses contados da data da assinatura do contrato, o prazo para entrega total do objeto licitado, conforme necessidade do setor de Almoxarifado Técnico.

O contratante estima as quantidades mensais a ser requisitadas no seguinte cronograma:

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
01	1001000045	DISJUNTOR BIPOLAR - (32A) SIEMENS	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
	1001000540	DISJUNTOR BIPOLAR - (63A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
	1001000541	DISJUNTOR BIPOLAR - (100A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
	1001000542	DISJUNTOR TRIPOLAR - (32A)	50	25 UN – 30 DIAS 25 UN – 60 DIAS
	1001000543	DISJUNTOR MOTOR - (10 - 16A)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000544	DISJUNTOR MOTOR - (20 - 25A)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000546	DISJUNTOR MOTOR - (25 - 32A)	20	20 UN – 30 DIAS

Jp.

	1001000545	DISJUNTOR MOTOR - (32 - 40A)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000547	CONTATOR - (16A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000549	CONTATOR - (25A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000550	CONTATOR - (32A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000551	CONTATOR - (40A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000552	CONTATOR - (50A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000553	CONTATOR - (65A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000554	CONTATOR - (80A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS
	1001000555	CONTATOR - (95A) - (220) - (2NA+2NF)	20	20 UN – 30 DIAS

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
02	1001000442	PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V PRETO	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000441	PLUGUE FEMEA 2P+T 10A/250V	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000563	PRENSA CABO - (3/8")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000564	PRENSA CABO - (1/2")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000565	PRENSA CABO - (3/4")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS

Jp.

	1001000566	PRENSA CABO - (1")	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000567	SEALTUBO FLEX - (1/2") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000568	SEALTUBO FLEX - (3/4") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000569	SEALTUBO FLEX - (3/8") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS
	1001000570	SEALTUBO FLEX - (1") - (25M)	5	05 UN – 30 DIAS

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
03	1001000571	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (0,5A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000572	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) - (1A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000348	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 8 A	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000003	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (3 A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000349	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 10 A	500	250 UN – 60 DIAS 250 UN – 30 DIAS
	1001000351	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20MM) 15 A	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS
	1001000585	FUSIVEL DE VIDRO ULTRA RAPIDO - (5 X 20 MM) - (5 A)	500	250 UN – 30 DIAS 250 UN – 60 DIAS

Jp.

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
04	1001000574	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1/2") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000575	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (3/4") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000576	ORGANIZADOR DE CABOS E FIOS - (1") - (25M)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000577	CABO FLEXIVEL PP - (2 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000494	CABO FLEXIVEL PP - (3 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000498	CABO FLEXIVEL PP - (4 VIAS X 1,5MM²)	100	50 UN – 30 DIAS 50 UN – 60 DIAS
	1001000578	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (2,5MM²)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000579	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (4,0MM²)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000580	CABO SILICONADO - (750V/400°C) - (6,0MM²)	10	10 UN – 30 DIAS
	1001000581	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (VERMELHO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000582	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (PRETO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000583	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (BRANCO)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000584	CABO FLEXIVEL PVC - (750V/1MM) - (AZUL)	200	100 UN – 30 DIAS 100 UN – 60 DIAS
	1001000111	PLUGUE MACHO PRETO - (2P+T) - (20A) - (250V)	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS
	1001000019	PLUGUE FEMEA - (2P+T 20A/250V)	1000	500 UN – 30 DIAS 500 UN – 60 DIAS

Jp.

LOTE	CÓDIGO IFS	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE ESTIMADA	PRAZO DE ENTREGA
05	1001000558	ABRACADEIRA NYLON - (2,3 X 83 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000559	ABRACADEIRA NYLON - (2,5 X 203,2 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000560	ABRACADEIRA NYLON - (4 X 180 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS
	1001000561	ABRACADEIRA NYLON - (7,6 X 760 MM) - (PCT C/ 100 UNID.)	4000	2000 UN – 30 DIAS 2000 UN – 60 DIAS

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
 - II - Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;
 - III - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - IV - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
 - V - Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
 - VI - Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;
- Jp.

VII - Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

VIII - Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente;

IX - Prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, nos termos do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

Jp.

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

Jp.

I - Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto, em cada uma de suas parcelas, será recebido provisoriamente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

PARAGRAFO PRIMEIRO

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

PARAGRAFO SEGUNDO

Jp.

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARAGRAFO TERCEIRO

Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para a realização do objeto deste Pregão Eletrônico serão custeados por verba própria da Fundação Butantan.

CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Setor Estoque e Expedição, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, à vista do respectivo “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”.

OBS: envio de nota fiscal eletrônica nos seguintes e-mails:
gestao.contratos@butantan.gov.br e
[almoxarifado_e_engenharia@butantan.gov.b](mailto:almoxarifado_e_engenharia@butantan.gov.br)

PARAGRAFO PRIMEIRO

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.

PARAGRAFO SEGUNDO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no indicado.

Jp.

PARAGRAFO TERCEIRO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções e demais penalidades serão aplicadas conforme previsto na Portaria nº 048/2019, (Anexo IV do edital).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

As condições para prestação da(s) garantia(s) estão previstas e seguirão os procedimentos da Portaria nº 001/2020 - **Anexo IV.2.**

Jp.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 02 (duas) vias** de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, ____ de _____ de 2021.

RUI CURI
Diretor Presidente
Fundação Butantan
CONTRATANTE

CONTRATADA

REINALDO NOBORU SATO
Superintendente
Fundação Butantan
CONTRATANTE

Gestor do Contrato
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)

Jp.

ANEXO VI.1

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO BUTANTAN

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADA: Eliana Lombardi - OAB/SP nº 56.989

E-mail: eliana.lombardi@fundacaobutantan.org.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

Jp.

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, _____ de _____ de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Rui Curi

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 390.443.009-20

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Reinaldo Noboru Sato

Cargo: Superintendente

CPF: 012.175.878-88

Assinatura: _____

Jp.

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Rui Curi

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 390.443.009-20

Assinatura: _____

Nome: Reinaldo Noboru Sato

Cargo: Superintendente

CPF: 012.175.878-88

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Reinaldo Noboru Sato

Cargo: Superintendente

CPF: 012.175.878-88

Assinatura: _____

Jp.

ANEXO VI.1

(ANEXO LC03) - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR DA CONTRATAÇÃO (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

Jp.

